

A ASCENSÃO GEOECONÔMICA DO LESTE ASIÁTICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: MÉRITOS E INCOMPLETUDES DAS INTERPRETAÇÕES ANALÍTICAS

THE GEOECONOMIC RISE OF EAST ASIA IN THE SECOND HALF OF THE XXTH CENTURY: MERITS AND INCOMPLETENESS OF ANALYTICAL INTERPRETATIONS

Rafael Moura¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rafaelmoura5028@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4185-4005>.

Recebido em: 03 out. 2022 | Aceito em: 08 fev. 2023.

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é analisar as principais literaturas debruçadas sobre a ascensão geopolítica e geoeconômica da região conhecida como Leste Asiático, termo aqui empregado em alusão aos casos históricos do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan. Dessa forma, serão colocadas em escrutínio três narrativas que buscaram dar respostas e explicações acerca de tal ascensão regional: a liberal, incorporando uma perspectiva centrada na teoria ricardiana das vantagens comparativas do comércio; a institucionalista, com ênfase sobre as políticas domésticas e engenharia institucional do Estado fomentando o desenvolvimento; e, por fim, a narrativa geopolítica, centrada em fatores sistêmicos que possibilitaram tais trajetórias. Após mapear essas três grandes interpretações, enfim procederei com uma visão crítica acerca de seus acertos e erros.

Palavras-chave: Leste Asiático. Desenvolvimento. Economia Política.

ABSTRACT

The main goal of this article is to analyze the main literatures focused on the geopolitical and geoeconomic rise of the region known as East Asia, term here employed in allusion to the historical cases of Japan, South Korea and Taiwan. Thus, three narratives that sought to provide answers and explanations about such regional rise will be scrutinized: the liberal one, incorporating a perspective centered on the Ricardian theory of comparative advantages of trade; the institutionalist, with an emphasis on domestic policies and institutional engineering of the State to foster development; and, finally, the geopolitical narrative, centered on systemic factors that made such trajectories possible. After mapping these three major interpretations, I will finally proceed with a critical view of their successes and errors.

Keywords: East Asia. Development. Political Economy.

INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA ANALÍTICA DE SE ESTUDAR O LESTE ASIÁTICO

O *objetivo* do presente artigo é tecer uma radiografia da ascensão geopolítica e geoeconômica do Leste Asiático, termo que, aqui, emprego em referência particular aos casos do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan; com um *recorte temporal* centrado na segunda metade do Século XX.² Nessa toada, irei esmiuçar, de forma sintética e estilizada por razões de escopo, alguns dos elementos mais salientes do progresso material daquela quadra geográfica, bem como discutir, brevemente, as principais literaturas que buscaram fornecer explicações para tais trajetórias.

² Pelo fato de partilhar um legado distinto de planificação socialista e *catching-up* mais tardio vis-à-vis as demais experiências nacionais aqui destacadas, optei por excluir o caso da China do estudo, uma vez que demandaria muitas mediações que, em meu juízo, obstaculizariam sua exploração devida e de forma compacta neste artigo.

Sendo assim, nesta Introdução, mobilizo e aponto brevemente alguns dados, indicadores empíricos e tendências corroborando a pujança da região através dos casos aludidos. De igual forma, destaco porque o estudo dessas experiências é relevante.

Há pelo menos quatro fatores denotando a importância de tal quadrante regional e que servem de justificativa para uma atenção particular por parte dos pesquisadores sobre ele debruçados: 1ª) Tais experiências nacionais de modernização do Leste Asiático (incluindo a da China, que não é analisada aqui) se destacam como exemplos exitosos de emparelhamento ou *catching-up*³ ante os países industriais avançados, portando o desenvolvimento econômico com transformações estruturais bem-sucedidas de configurações agrárias e pobres para nações ricas, industriais, urbanas e com regimes produtivos densos e complexos (Perkins, 2013). Se, no início da década de 1950, Japão, Coreia do Sul e Taiwan eram economias pobres e/ou destruídas, fortemente atingidas pela guerra e pela ocupação estrangeira, atualmente seus níveis de renda – mensurados em termos de PIB *per capita* por paridade de poder de compra (PPC), por exemplo – se situam em patamar pouco aquém aos de nações desenvolvidas como Reino Unido ou França (Groningen Growth and Development Centre, 2018; World Bank, 2023).

2ª) A segunda razão que legitima a relevância analítica do Leste Asiático enquanto objeto de pesquisa diz respeito ao fato de que tal eixo geográfico vem concentrando, desde o pós-guerra, parcela crescente da economia mundial. Se Japão, Coreia do Sul e Taiwan, juntos, perfaziam apenas 3,43% do PIB global em 1950, em 2018 essa proporção era de 10%. Se a China for acrescida, a região compõe mais de 23% (Maddison, 2001; Republic of China, 2016; World Bank, 2023).

3ª) Essas trajetórias nacionais, que estiveram sempre centradas na indústria⁴, também converteram o Leste Asiático no epicentro manufatureiro do globo e reconfiguraram o próprio peso da Ásia no tabuleiro geopolítico e geoeconômico: a partir da década de 1950, o dinamismo da economia mundial, como dito, migrou aos poucos para a região, que se converteu no núcleo nevrálgico das cadeias globais de valor com uma mescla de uso intensivo de mão de obra, internalização de tecnologias do Ocidente e políticas industriais (Chang, 2006; Amsden, 2009; Perkins, 2013; Yeung, 2016). A região – galvanizada por tais casos e liderada pela China em substituição ao protagonismo pregresso do Japão – engloba hoje quase 50% da produção industrial: em 2021, a produção manufatureira do Leste Asiático correspondia a US\$ 7,65 trilhões (dólares correntes) ou 47,66% da produção manufatureira global, no montante de US\$ 16 trilhões (World Bank, 2023).

³ Por *catching-up*, refiro-me à diminuição do hiato de renda e/ou produtividade das nações pobres com relação às industrializadas, galgando: proximidade da fronteira tecnológica, postos mais elevados na divisão internacional do trabalho (DIT) e avanço na curva de aprendizado com a produção de bens mais intensivos em conhecimento (Abramovitz, 1986; Reinert, 2016).

⁴ Em todos os casos, durante seus ciclos de alto crescimento, o setor secundário girou em torno de 40% do PIB e entre 30% a 40% das composições setoriais de emprego (Amsden, 2009; Republic of China, 2016; World Bank, 2023). Tal dinamismo industrial veio imbricado à inserção nos mercados globais, com as exportações de todos os casos crescendo em ritmo de dois dígitos durante seus ciclos de alto crescimento e perfazendo em torno de 90% de suas pautas exportadoras; com obtenção de considerável *market share* desde nichos intensivos em trabalho até intensivos em capital, com conteúdo de alta tecnologia crescente (Perkins, 2013; The Growth Lab at Harvard University, 2020).

4ª) Minha quarta e última justificativa aqui arrolada, complementar aos dados já destacados, é o fato de, pela primeira vez na história, o Leste Asiático ser a região com o maior número de grandes empresas. Em 2019, segundo o ranking “Global 500” da Revista Fortune, das 500 maiores firmas por receitas brutas, mais de 200 pertenciam a Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China; com esta última, detendo 120 na lista, havendo ultrapassado os próprios EUA e substituído o protagonismo regional nipônico da década de 1990 (Fortune, 2023).⁵

Portanto, a partir de tais indicadores empíricos e fatos estilizados, creio ter demonstrado a relevância da região e corroborado a necessidade de uma análise histórica e holística que busque mapear os elementos facultativos a suas trajetórias nacionais exitosas, até mesmo para refletirmos sobre que lições são possíveis de serem abstraídas para o desenvolvimento e *catching-up* de países periféricos como é o caso do Brasil, por exemplo.

Destarte, este ensaio se estrutura da seguinte forma: as Seções 2, 3 e 4 sistematizam três narrativas explicativas acerca do desempenho econômico do Leste Asiático: a *liberal*, a *institucionalista* e a *geopolítica*. A Seção 5, por sua vez, mapeia suas virtudes e incompletudes teórico-analíticas, enquanto a Conclusão, fechando este artigo, traz minhas observações comparativas.

A NARRATIVA LIBERAL: AS VANTAGENS COMPARATIVAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As duas primeiras literaturas mais coesas que surgiram tratando do sucesso econômico da região do Leste Asiático, ambas se consolidando ainda no início da década de 1980, chamam a atenção por trazerem perspectivas diametralmente opostas das razões creditadas ao êxito de tais trajetórias. A primeira delas, que trato nesta seção, é a literatura ou narrativa liberal.

É imperioso denotar que as contribuições dos autores liberais aqui mobilizados (Balassa, Krueger e os demais) se situam numa viragem ideológica no debate *mainstream* dos países desenvolvidos, com o declínio do Keynesianismo e a contrarrevolução monetarista e neoliberal entre a virada dos anos 1970 para 1980 trazendo questionamentos às abordagens econômicas centradas no Estado e conferindo um destaque maior ao mercado enquanto instituição mais eficiente na alocação de recursos (Evans, 1993; Villarreal, 1984).

A primeira obra de impacto de tal narrativa é “*Development Strategies in Semi-Industrial Economies*”, lançada em 1982 por Bela Balassa, importante teórico do comércio e integração internacional e cuja pesquisa foi fomentada pelo Banco Mundial, onde desempenhava as funções de consultor. No que tange às nações da Ásia em específico, atribuiu o sucesso econômico de Coreia do Sul e Taiwan (e também Singapura) ao que denominou “regime de livre comércio”, onde os empresários do segmento exportador eram: livres para escolher entre insumos domésticos e

⁵ No ranking referente ao ano de 1995, por exemplo, o Japão contava com 140 empresas na lista e se encontrava em pé de igualdade com os EUA (Fortune, 2023).

importados; isentos de impostos indiretos sobre sua produção; e não pagavam impostos sobre insumos importados.⁶

Para Balassa (1982), esse sistema de incentivos adotado a partir da década de 1960 nas duas economias aludidas desvencilharam as mesmas da alta proteção e substancial viés “anti-exportação” do estágio pregresso (anos 1950) de industrialização substituíva de importações, que dificultava, ao invés de promover, a inserção exportadora. Marcava, portanto, um suposto contraponto entre ambas as orientações.

O desempenho econômico obtido por tais casos refletiria, assim, os benefícios derivados de uma estratégia orientada ao exterior e com alocação de recursos conforme as vantagens comparativas domésticas, facultando a obtenção de economias de escala⁷ e uso adequado de recursos além de evitar os efeitos adversos da substituição de importações sobre os custos de produção, as mudanças tecnológicas e a qualidade do produto. As experiências de Taiwan e Coreia do Sul, portanto, foram exitosas por aproveitarem sua abundante mão de obra em segmentos intensivos em trabalho e poupado capital, sem grandes barreiras governamentais (Balassa, 1982). Posteriormente, com o desenvolvimento trazido por tal integração ao comércio, a estrutura setorial se deslocaria para segmentos mais capital-intensivos.

O autor destaca ainda que o papel dos governos na Coreia do Sul e em Taiwan, em termos de intervenção e planificação, foi irrisório: planos de médio prazo (como os quinquenais na Coreia do Sul, por exemplo), segundo ele, tiveram efeitos residuais tanto sobre a alocação de recursos quanto sobre a pauta exportadora; e as decisões de exportações eram tomadas pelas próprias empresas de forma responsiva apenas às condições do mercado internacional, de modo que as políticas econômicas e metas de exportações não afetaram o regime de “livre comércio”. Destarte, os Estados ou governos supostamente tiveram pouca responsabilidade direta na inserção externa (Balassa, 1982).

Num artigo posterior, o autor reafirma tais posições teóricas ao alegar que, na região, havia menos regulamentações governamentais e controles burocráticos do que em outras partes do mundo; com menos distorções impostas por políticas governamentais nos mercados de trabalho e capital, além da maior confiança e poder de decisão atribuídos à iniciativa privada. A neutralidade e a estabilidade do sistema de incentivos⁸, juntamente com intervenções

⁶ Com relação a este último ponto, Chang (2006) contesta tal afirmação de Balassa e a coloca em perspectiva: segundo ele, é historicamente incorreto afirmar que os exportadores sul-coreanos conseguiam todos os insumos (matérias-primas e bens intermediários) que necessitassem a preços do mercado mundial de forma livre e irrestrita. Apenas matérias primas básicas eram relativamente (e não absolutamente) importáveis de forma “livre” no regime comercial do país. Quando essas importações tangiam bens ou insumos domesticamente disponíveis, o governo atuava com uma série de ferramentas diretas e indiretas (regulações, restrições quantitativas, medidas de conteúdo local, subsídios e crédito) para obstaculizar tais aquisições de fora.

⁷ Por *Economia de escala*, aludo ao termo microeconômico referente à maximização dos fatores produtivos, que ocorre quando o maior emprego desses (capital ou trabalho, por exemplo) implica num retorno crescente e mais que proporcional à quantidade de produto; ou quando o custo de produção é inferior ao dobro numa situação de produção é duplicada, independente da combinação de insumos (Pyndick e Rubinfeld, 1994).

⁸ Recurso teórico-conceitual largamente usado pelo autor ao longo de seu escrito, por “sistema de incentivos” Balassa se refere às medidas governamentais afetando a alocação de recursos entre as distintas atividades econômicas e detentoras de orientação voltada ao mercado interno ou externo. Segundo o autor, haveria duas formas de avaliar o sistema de incentivos: mensurar a

governamentais limitadas, mercados de trabalho e de capital “saudáveis” e a hegemonia do capital privado, dessa forma, teriam sido os principais ingredientes do desempenho econômico bem-sucedido no Leste Asiático (Balassa, 1988).

Outra autora a replicar os aportes inaugurados por Balassa e uma miríade de autores identificados com a ortodoxia econômica foi Anne Krueger, economista-chefe do próprio Banco Mundial entre 1982 e 1986 e futuramente diretora do FMI nos anos 2000. Em um de seus escritos, publicado enquanto trabalhava na primeira instituição, também reconhecia a imprescindibilidade de uma orientação à integração ao comércio exterior (*export-led*) para viabilizar uma estratégia econômica exitosa (Krueger, 1985).

Essa orientação, por sua vez, era definida por determinados pré-requisitos. Dentre eles, destaco alguns. Em primeiro lugar, o governo não poderia ficar num dilema entre uma orientação à substituição de importações ou à promoção exportadora: deveria escolher um ou outro, com o primeiro, segundo ela, sendo inferior por supostamente distorcer os sinais de mercado e o regime de incentivos ao comércio. Além disso, os exportadores deveriam ter total acesso a bens, insumos, peças ou serviços do mercado internacional sem quaisquer restrições, diretas ou indiretas, qualitativas ou quantitativas, de qualquer natureza. Por fim, outro ponto da autora que destaco é de que políticas governamentais não devem ser discricionárias sobre quais setores ou produtos devem ser exportados e quais não devem, pois estarão fadadas ao fracasso. É impossível para a autoridade estatal, segundo ela, determinar quais setores são “estratégicos” (Krueger, 1985).

Embora Balassa (1982; 1988) e Krueger (1985) sejam, possivelmente, os expoentes mais notórios da narrativa liberal, a literatura também conta com uma gama mais ampla de autores que, comparativa ou isoladamente (ou seja, debruçando-se sobre um único caso nacional), chegaram a conclusões similares para suas respectivas análises de Coreia do Sul e de Taiwan. Alguns deles são: Westphal e Kim (1982), Lee e Liang (1982), Kim (1985) e Tsiang (1985).

Apesar de nuances entre seus distintos expoentes, dois grandes pontos comuns são mapeáveis e inspirados nos preceitos e descobertas contidos nos aportes do livro de Balassa. O primeiro é o papel minimalista outorgado ao governo; e o segundo é a crença na teoria ricardiana das vantagens comparativas do comércio⁹, segundo a qual a liberalização das economias nacionais ao comércio, mediante reduções tarifárias e desregulamentações, e com ênfase nos setores ou endosso de fatores os quais teriam em maior abundância (no caso da Ásia, mão de obra extensa, barata e bem treinada alocada em setores leves), traria ganhos para todos (Westphal e Kim, 1982; Lee e Liang, 1982; Kim, 1985; Tsiang, 1985; Balassa, 1988; World Bank, 1993).

Portanto, enfatizando a perspectiva da economia neoclássica como a que captura os aspectos mais salientes do sucesso da região, tal literatura defendeu a superioridade de uma

incidência, nos preços dos produtos, das medidas de incentivo aplicadas, estimando seus efeitos econômicos; e analisar as consequências dos incentivos sobre alocação de recursos e outras variáveis (Balassa, 1982).

⁹ Segundo David Ricardo (1982), o comércio internacional eventualmente equivaleria a renda das nações uma vez que os países se especializassem nas áreas em que possuísem vantagens comparativas. Uma descrição sintética e competente da teoria das vantagens comparativas se encontra em Carvalho e Silva (2004, Capítulo 1).

estratégia “*market-friendly*” e export-led com o papel governamental focado apenas em prover um clima competitivo à iniciativa privada e a integração plena ao comércio internacional (Chang, 2006). Além disso, a narrativa “*export-led*” caiu como luva para a ortodoxia liberal e instituições onde ganhava terreno (FMI e BM) contraporem as virtudes da liberalização e abertura comercial e financeira às supostas “distorções de mercado” atribuídas ao protecionismo do modelo desenvolvimentista latino-americano; rotulado como “orientado para dentro” e que atravessaria profunda crise econômica – e, por conseguinte, de paradigma – nos anos 1980 (Chang, 2004; Cano, 2012).

As perspectivas da literatura liberal, impulsionadas pelo contexto de fim de Guerra Fria e da nova ordem unipolar galvanizada pelos EUA e com hegemonia discursiva do Consenso de Washington, foram condensadas e culminaram, em 1993, no lançamento pelo Banco Mundial do famoso relatório “*The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*” (1993), tornando tal narrativa a interpretação oficial da instituição. A despeito do reconhecimento tímido das intervenções governamentais em diversos casos, o Banco Mundial afirma que, no geral, o alto crescimento econômico foi fruto de tais países terem “acertado o básico”. Ou seja, mediante incentivos aos investimentos privados domésticos, alta mobilização de poupança, elevado “capital humano” (políticas educacionais e treinamento laboral) e estabilidade dos fundamentos macroeconômicos, com manutenção de baixa inflação e orçamento público “equilibrado”, tais países ascenderam em trajetórias de desenvolvimento virtuosas.

A narrativa liberal, cuja descrição foi aqui apresentada de forma sintética e estilizada, foi alvo, desde o princípio, de críticas e reticências lastreadas em fortes evidências históricas que apontam uma direção oposta à apregoada pelos expoentes de tal campo teórico-ideológico, em termos de políticas adotadas e papel dos governos. Mas este apontamento de problemáticas, junto com as críticas às outras duas narrativas, virá apenas na Seção 5. Dito isso, na seção seguinte passamos à segunda literatura debruçada sobre o Leste da Ásia.

A NARRATIVA INSTITUCIONALISTA: O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA DO LESTE ASIÁTICO

Nesta seção, destaco outra literatura canônica acerca das experiências históricas de industrialização retardatária da região, centrada no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan: a do Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático ou EDLA.

Em 1982, em um cenário de rápida ascensão do Japão e êxito em sua reconstrução e ascensão nas cadeias produtivas globais no Pós-Guerra, Chalmers Johnson publicou o livro “*MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*”. Nele, identificou os principais vetores políticos e institucionais responsáveis por tal impressionante trajetória.

Johnson (1982) descreveu o papel proativo do Estado enquanto principal engrenagem facultando o desenvolvimento do país e sua industrialização tardia, mediante: intervenção pública discricionária priorizando o crescimento da produtividade; uma listagem de setores estratégicos prioritários (para obtenção de economias de escala) com estímulos e subsídios a eles vinculados;

e centralização do crédito em instituições financeiras públicas para fornecerem recursos às principais firmas nacionais.

Na compreensão do autor, o Estado Desenvolvimentista japonês contou com quatro grandes condicionantes institucionais: 1ª) uma tecnoburocracia recrutada de forma meritocrática responsável pela formulação, implementação e supervisão de uma política industrial racional e enfática sobre setores designados como estratégicos (capazes de adensarem tecnologicamente o regime produtivo e obterem economias de escala); 2ª) um sistema político onde os Poderes Legislativo e Judiciário tinham pouca margem para imporem pontos de veto à agenda econômica do Poder Executivo; 3ª) uma política estatal intervencionista, porém sempre em conformidade com os preceitos de uma economia de mercado, via “orientação administrativa”; e, finalmente, 4ª) uma agência-piloto de planejamento responsável por firmar metas visando a aceleração industrial e controlando direta e indiretamente os fundos governamentais, alocando-os conforme necessidades prioritárias (Johnson, 1982).

Tal agência aludida no último ponto anterior era o famoso MITI – *Ministry of International Trade and Industry*, principal braço planejador da política industrial do governo e responsável por liderar as elites empresariais no âmbito de um projeto de desenvolvimento nacional galvanizado pelo Partido Democrático Liberal (PLD) e fomentando os gigantes e cartelizados conglomerados industriais dos Keiretsus (Johnson, 1982). O MITI, assim como o *Economic Planning Board* (ou EPB) da Coreia do Sul e que já menciono, corrobora o caráter estratégico que uma burocracia relativamente insulada e tecnocrática no sentido weberiano – conforme os autores de tal literatura pensam – poderia adquirir (Evans, 1995).

Dando continuidade à seara intelectual inaugurada por Johnson, Alice Amsden publicou em 1989 o seu clássico livro *“Asia’s Next Giant: South Korea and Late Industrialization”*, mapeando a trajetória de modernização e *catching-up* do referido país sob o regime militar do General Park Chung-Hee (1963-1979). Ao longo de tal recorte temporal, o Estado sul-coreano, segundo ela, adquiriu um caráter “empreendedor” ao materializar uma política industrial substitutiva de importações centrada nos grandes conglomerados *Chaebols* e aprendendo com *know-how* ocidental para, em pouco tempo, transitar seu regime produtivo na curva de conhecimento de segmentos leves (têxteis, calçados) para pesados e intensivos em capitais como naval, siderurgia e eletrônicos (Amsden, 1989).

A avaliação e materialização da política industrial, identificando oportunidades econômicas, diluindo riscos e alocando estrategicamente os recursos financeiros, controlados pelo governo através de um sistema de crédito majoritariamente público, só foi possível graças ao rol visionário do já mencionado *Economic Planning Board*. O EPB foi o grande órgão burocrático decisório – em certo sentido análogo ao MITI japonês – e formulador unilateral dos planos quinquenais que estabeleciam as metas de alocação de recursos e prazos para a concretização de projetos em consonância com a classe empresarial e industrial infante (Amsden, 1989).

Finalmente, Robert Wade (1990) reexamina as experiências do Japão e da Coreia do Sul adicionando ainda uma análise sobre a ilha de Taiwan, onde o governo de Chiang Kai-shek e do

Kuomintang (KMT) foi capaz de desenvolver as forças produtivas domésticas, canalizando investimentos públicos para setores-chave e fomentando um poderoso setor manufatureiro fortemente exportador. Concomitantemente, operava um pesado protecionismo desses setores frente à concorrência externa com fortes subsídios e contribuía para internalizassem novas tecnologias por meio de *joint ventures* com firmas estrangeiras (Wade, 1990).

Com perspectiva antípoda à da ortodoxia neoclássica, segundo a qual o governo deveria ficar restrito às funções de manutenção da estabilidade monetária, fiscalização de contratos, eliminação de distorções de preços e de falhas de mercado, o autor estabelece a Teoria do Mercado Governado (*Governed Market Theory*) como razão explicativa do sucesso do Leste Asiático. Conforme o autor, o paradigma relacional entre governo e empresas na região foi conduzido pelo Estado enquanto líder. Destarte, tais países forjaram suas próprias vantagens competitivas internacionais através do favorecimento e fortalecimento de indústrias nascentes, orientando o curso do desenvolvimento cada vez mais na direção da fronteira tecnológica (Wade, 1990).

Em suma, partindo de um enfoque institucionalista das relações entre atores políticos e sociais, do setor público (corporificados no Estado) e setor privado, a literatura do EDLA traça um retrato competente dos elementos internos conducentes ao sucesso das políticas industriais retardatárias nessas nações, não obstante algumas incompletudes pontuadas mais adiante. Antes de esmiuçar essas incompletudes, contudo, avalio na seção abaixo a última literatura: a da narrativa geopolítica.

A NARRATIVA GEOPOLÍTICA E A TESE DO “DESENVOLVIMENTO A CONVITE”

Nas seções pregressas, mapeei duas literaturas clássicas que forneceram distintas óticas acerca das razões e causas do desenvolvimento econômico da região. Agora, apresento a terceira e última interpretação aqui mobilizada: a da narrativa geopolítica.

Esta interpretação se defronta com a problemática de não se encaixar fidedignamente sob um único corpo intelectual coeso ou bem definido vis-à-vis as outras duas. Afinal de contas, autores partilhando de tal narrativa nem sempre integram a mesma filiação teórica: alguns, por exemplo, flertam mais com a teoria do sistema-mundo, ainda que incorporando-a às suas próprias perspectivas com originalidade (Medeiros e Serrano, 2012). Enquanto isso, outros (Cunha e Appel, 2014) também mobilizam os argumentos de tal literatura e também os do autor consagrado Charles Tilly (1990), mostrando como, no capitalismo, a trajetória de desenvolvimento das nações é direta ou indiretamente condicionada ou subordinada às disputas de poder entre as grandes potências, como evidenciado pela interação estratégica entre coerção e capital na formação histórica dos Estados europeus.

De toda forma, a menção a tais autores é necessária e meritória, pois o mapeamento que tecem acerca das mudanças geopolíticas no sistema internacional, sem dúvida, traz enriquecimentos analíticos à investigação das trajetórias de crescimento econômico dos países

asiáticos, ampliando assim a interpretação original do EDLA ao jogarem luz sobre elementos exógenos que esta, em larga medida, negligenciou.

Em seu livro *“O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo”*, publicado em 1994, Giovanni Arrighi desenvolve a ideia de “desenvolvimento a convite”, originalmente cunhada por Immanuel Wallerstein (Wallerstein *apud* Arrighi, 1996: p.355). Na concepção inicial de Wallerstein, o desenvolvimento a convite seria uma das estratégias possíveis de inserção de países periféricos na economia-mundo, sendo uma alternativa somente viável em consonância íntima com a vontade das grandes potências capitalistas e possível apenas em ciclos expansivos da economia mundial como, de fato, foi o pós-guerra (Wallerstein, 1979).¹⁰

Destarte, o termo foi apresentado como vetor explicativo para a modernização da Europa Ocidental e Leste da Ásia (principalmente Japão) – o chamado “mundo livre”, supostamente baseado na imagem norte-americana. Por tal via, Arrighi aponta exatamente a promoção estadunidense das exportações dessas regiões para seu próprio mercado interno, para além dos generosos planos de ajuda e pesados investimentos, tornando as suas corporações em busca desses mercados compelidas a fornecerem suas capacidades produtivas às empresas locais facilitando, assim, a transferência tecnológica (Arrighi, 1996).

Medeiros e Serrano (2012) corroboram essa visão, argumentando que o conjunto de oportunidades de crescimento aos países é fortemente influenciado pela orientação geopolítica das potências dominantes. Portanto, a nova ordem bipolar do pós-guerra entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) trouxe importantes condicionantes, sendo o mais significativo deles a atuação dos EUA. Dentro de um novo sistema monetário e uma estrutura institucional regidas pelo regime de Bretton Woods, déficits sistemáticos no balanço de pagamentos estadunidense eram utilizados para financiar a reconstrução econômica e para investimentos estratégicos geopoliticamente orientados na periferia global. A Alemanha Ocidental, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan foram, inegavelmente, os principais beneficiários dessa tendência sistêmica (Medeiros e Serrano, 2012).

Os vetores pelos quais os EUA facultaram uma janela de oportunidades favorável ao desenvolvimento desses países podem ser elencados em três: *a)* programas diretos de reconstrução (tal como o Plano Marshall na Europa) e de ajuda¹¹ (com muitos canais de doação) favorecendo acesso ao capital estrangeiro e divisas para a reconstrução econômica; *b)* leniência com políticas protecionistas (ex: tarifárias, cambiais, etc) e *joint ventures* apropriando tecnologias do estado da arte industrial das multinacionais americanas para firmas domésticas desses países,

¹⁰ Segundo os dados de Maddison (2001), o imediato pós-guerra (1950-1973) foi o que deteve maior ritmo de crescimento econômico (média de 4,9% de expansão do PIB mundial a.a.) e menor inflação (4,3% nos países desenvolvidos) vis-à-vis as décadas anteriores e posteriores. Não por acaso, tal recorte temporal é rotulado de “anos dourados do capitalismo”, sendo nele onde a Europa Ocidental avança substancialmente na construção de seus Estados de bem-estar social e a periferia em seus “milagres” industrializantes (Glyn *et al.*, 1990; Maddison, 2001).

¹¹ Entre 1946 até 1960, o governo dos EUA forneceu um montante de ajuda direta (econômica e militar) ao Japão correspondente a mais de US\$ 27 bilhões a dólares constantes de 2020. Para a Coreia do Sul e Taiwan, a ajuda foi ainda maior: respondeu por um total de aproximadamente US\$ 159 bilhões no primeiro caso e US\$ 80 bilhões no segundo, entre 1946 e 1976 (USAID, 2022).

facilitando assim o *catching-up*¹²; e, por fim, c) concessão do status de aliado preferencial (“Nação mais favorecida”, ou MFN)¹³ para esses países, facilitando seu acesso ao colossal mercado consumidor estadunidense e, assim, dando margem ao escoamento de suas exportações e inserção externa, principalmente de bens manufaturados de baixo valor unitário tais como produtos têxteis, a princípio (Reischauer, 2004; Cunha e Appel, 2014; Suh e Kim, 2014).

De modo a endossar a importância do contexto externo na explicação de tais trajetórias nacionais, é imperativo frisar que tal postura dos EUA não foi a inicialmente adotada no imediato Pós-Guerra, mas sim portou relação orgânica com o delineamento geopolítico da Guerra Fria naquela quadra geográfica. Nada evidencia mais isso do que as declarações de Edwin Pauley – representante oficial dos EUA durante o período de ocupação no Japão junto ao Gal. Douglas MacArthur – de desmontar o parque industrial nipônico e sua estrutura manufatureira pesada, o que de fato se deu com a extinção dos antigos conglomerados *Zaibatsus* (Holcombe, 2017; Obispo, 2017). Portanto, assim como na Alemanha Ocidental a princípio, quando as autoridades estadunidenses não assumiram, de imediato, nenhuma intenção de auxiliar na reabilitação econômica, e inclusive planejavam a “re-ruralização” do país através do Plano Morgenthau, uma inércia também se dava quanto ao ímpeto de reconstrução do Japão (Cohen, 1949; Reinert, 2016).

Contudo, após a vitória eleitoral do Partido Socialista Japonês em 1947 num cenário de intensificação dos conflitos entre capital e trabalho no país, seguida pela Revolução Chinesa e fundação da República Popular da China em 1949, bem como da Guerra da Coreia em 1950, o avanço da influência soviética / comunista fez os EUA reorientarem imediatamente sua política para a região de modo a promover o desenvolvimento dos países aliados e, assim, gerar uma promessa crível em torno da prosperidade capitalista (Simone, 2001).

Assim, pelo que foi elucidado de forma sintética nessa seção, vê-se como a interpretação geopolítica traz uma riqueza analítica imprescindível ao jogar luz sobre elementos da dinâmica interestatal do sistema capitalista largamente ignorados pelas duas primeiras narrativas. Mostra como o entendimento das dinâmicas operando na região não pode excluir, absolutamente, elementos e variáveis exógenas. Tal perspectiva, contudo, de forma similar à literatura institucionalista do EDLA, também incorre num elo demasiado determinista entre circunstâncias

¹² O governo japonês, através do já aludido MITI nos anos 1950, por diversas vezes negociou e atuou para evitar o estabelecimento de subsidiárias plenas (como no caso da Texas Instruments e da IBM); dando preferência a parcerias entre grandes empresas transnacionais e empresas domésticas com licenciamento de tecnologias às firmas japonesas (Krauss, 1992; Samuels, 1994). Coreia do Sul e Taiwan também contaram com arcabouços protecionistas em tal sentido: a Coreia, no Regime de Park Chung-Hee, estabeleceu o Ato de Indução ao Capital Estrangeiro (“*Foreign Capital Inducement Act*”) em 1966, que privilegiava expressamente *joint ventures* em vez de subsidiárias das multinacionais operando autonomamente (Cheng, 1990; Stallings, 1990; Kim e Park, 2011). Taiwan, por fim, implementou a *New Investment Law* em 1954 e o *Statute for Investment by Overseas Chinese* em 1955; que fez com que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, três quartos (3/4) dos investimentos estrangeiros aprovados em Taiwan se dessem em formato de *joint ventures* para concessão tecnológica (Pierce, 1990).

¹³ Os EUA assinaram acordos concedendo status de Nação Mais-Favorecida (“*Most-Favoured Nation*” ou MFN) para Japão, Coreia do Sul e Taiwan no início da década de 1950 (Mason, 1992; Forsberg, 2000; Mengin, 2015). Era a abertura definitiva do mercado interno estadunidense às exportações de tais países. Uma nação que, naquele momento, não possuísse o status de MFN com relação aos Estados Unidos estaria sujeita à imposição de altíssimas tarifas alfandegárias, quase proibitivas, em função da lei protecionista *Smoot-Hawley Act* (Green, 1994).

externas favoráveis e um caminho “livre” equivocadamente assumido ao progresso, desconsiderando contradições políticas internas, muito menos de políticas econômicas. Destarte, na próxima seção pretendo pontuar o que essas três grandes narrativas arroladas possuem de meritório e de incompletudes.

MÉRITOS E INCOMPLETUDES DAS LITERATURAS

Ao longo das seções anteriores, mapeei três interpretações que buscaram fornecer narrativas acerca do êxito econômico do Leste Asiático: a liberal, orientada pela ótica da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional; a do Estado Desenvolvimentista, com enfoque institucionalista sobre fatores domésticos; e a geopolítica, inspirada por (mas não somente) perspectivas como as da Teoria do Sistema-Mundo e de Charles Tilly. Nesta seção, destaco as insuficiências dessas literaturas sem desconsiderar, é claro, suas contribuições teóricas em seu contexto intelectual particular.

A menos exitosa das interpretações sobre o desenvolvimento do Leste Asiático é a liberal, a qual conta, com relação a Coreia do Sul e Taiwan principalmente, uma história bastante distorcida no que tange à real orientação e configuração de tais economias políticas. De fato, a literatura debruçada sobre a interpretação ou narrativa liberal tem o mérito de mapear, de forma fidedigna, a evolução da estrutura produtiva desses casos de setores intensivos em trabalho (L) para setores intensivos em capital (K) ao longo do recorte temporal, embora atribuam tal mudança, erroneamente, a um resultado quase teleológico ou etapista advindo da inserção no comércio internacional.

Considerado tal mérito, a literatura liberal conta com duas grandes problemáticas: uma de construção intelectual concreta e outra vinculada às premissas teóricas que embasam a própria perspectiva. A *primeira* diz respeito ao fato de a análise histórico-institucional feita por tais autores sobre essas experiências de desenvolvimento ser extremamente precária e rudimentar: Balassa, Krueger e outros simplesmente ignoram uma gama gigantesca de políticas intervencionistas e discricionárias, escamoteando-as por incompletude de seus esforços ou por conveniência.

Aliás, outra grande falácia trazida pela literatura, em particular por Krueger (1985), tange à falsa dicotomia apontada entre substituição de importações e um padrão de desenvolvimento orientado às exportações, supostamente inconciliáveis. Muito pelo contrário, como pontua Gary Gereffi (1990), tal clivagem é demasiadamente simplista e reducionista, ignorando como, em muitos momentos, tanto países do Leste Asiático como da América Latina mesclaram ambas as abordagens. Esta última região, aliás, tida como “patinho feio” para os liberais em função de sua insistência no protecionismo e fechamento das economias, assistiu ao aumento tanto da inserção externa quanto das exportações de manufaturados nas décadas de 1960 e 1970, particularmente no Brasil e no México (Gereffi, 1990).¹⁴

¹⁴ No Brasil, as exportações como parcela do PIB cresceram de 6% em 1960 para 15% em 1984; enquanto, no México, cresceram de 8,5% para 16,6% no mesmo interregno. E, entre 1962 até 1986, a proporção de bens manufaturados com relação ao total da pauta exportadora subiu de 3% para 48% e de 14% para 46%, respectivamente (World Bank, 2023).

É árduo discorrer sobre as trajetórias de desenvolvimento de Coreia do Sul e Taiwan ignorando solenemente como, nesses casos, o Estado deteve uma atuação discricionária e tutelou diretamente o empresariado doméstico em suas escolhas de investimentos. Essa tutela se deu mediante distintos instrumentos: planos plurianuais (PPAs) que, ao contrário do afirmado por Balassa e Krueger, tiveram consequências relevantes no direcionamento de subsídios para distintos nichos produtivos, conforme potencial de economias de escala e obtenção de divisas; blindagem da competição externa via restrições quantitativas e qualitativas ante competidores de fora; fomento a cartéis e oligopólios¹⁵ (ao contrário do que apregoa a retórica liberal, que defende maior competição); projetos do governo induzindo sinergias produtivas; estatais subsidiando empresas privadas com insumos a preços abaixo de mercado (como no caso da Pohang Iron and Steel Company / POSCO na Coreia¹⁶); e, por último, racionamento de divisas e canalização de recursos dos sistemas financeiros públicos para firmas estratégicas.¹⁷ A estrutura industrial foi, desde o início, moldada direta e gradualmente pela mão visível do Estado (Chang, 2006; Perkins, 2013; Moura, 2021).

Esses elementos ou não aparecem ou são mencionados vagamente pela literatura liberal, para a qual a estrutura de mercado presente nesses casos teria sido obtida mesmo se tais intervenções e políticas industriais residuais não tivessem sido implementadas (Chang, 2006).

Por fim, outra problemática em tal narrativa é o emprego da teoria ricardiana das vantagens comparativas, demonstrada empiricamente falha tanto pelo estruturalismo cepalino na figura de Raul Prebisch (1949) quanto pelo economista do desenvolvimento Hans Singer (1950).¹⁸

Ao reificarem tal perspectiva, os autores ortodoxos desconsideram qualitativamente o teor das pautas exportadoras e os esforços feitos pelos governos no Leste Asiático para moldarem deliberadamente o mercado e lograrem suas próprias vantagens competitivas; através da sofisticação dos regimes produtivos e fomento aos setores industriais. É quase como, para aludir jocosamente ao título de brilhante artigo de José Gabriel Palma (1998), fosse irrelevante ao

¹⁵ O Japão, desde a inauguração de sua política de racionalização industrial na década de 1920, fomentou a formação de inúmeros cartéis e trustes. Ao final de 1933, o país contava com 84 cartéis em 24 setores econômicos distintos (Matsuo, 1935). No pós-guerra, o incentivo à concentração do capital nacional continuou em solo nipônico, seja para criar grandes conglomerados empresariais competitivos externamente quanto para acudir segmentos em dificuldades; com o MITI permitindo a legalidade dos cartéis até a década de 1970 (Nishijima, 2012; Okazaki, 2017). Em Taiwan, também eram expressamente encorajados pelo governo através dos PPAs, com a cartelização cobrindo grande parte dos principais setores exportadores: têxtil; alimentos enlatados; aço; produtos de borracha e cimento (Amsden, 1985). Na Coreia do Sul, por fim, a autorização de cartéis e do formato oligopolizado sob o qual operavam as Chaebols advinha diretamente do mencionado EPB (Kim, 1992).

¹⁶ Sobre o papel estratégico da POSCO no adensamento das cadeias industriais metalúrgica, siderúrgica, naval e automobilística da Coreia do Sul, ver Amsden (1989, Capítulo 12) e Rhyu e Lew (2011).

¹⁷ Sobre o papel dos sistemas financeiros e suas orientações produtivistas/ desenvolvimentistas no fomento aos setores industriais nacionais nesses países, ver: Goldsmith (1983) e Lazonick e O'Sullivan (1997) para o caso japonês; Caldwell (1976) para o caso taiwanês; e Yoo (2003), para o caso sul-coreano.

¹⁸ Prebisch e Singer, ainda que de formas distintas, demonstram uma tendência à deterioração dos termos de troca (TdT) em decorrência das diferenças nas elasticidades-preço da demanda dos bens manufaturados vis-à-vis *commodities*, o que tenderia a perpetuar as assimetrias do comércio internacional e alargar o fosso entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas com transferência de ganhos de produtividade e progresso técnico das últimas às primeiras; que seriam, por conseguinte, tomadoras de preços (com seu destino dependendo das oscilações do comércio exterior) e fazedoras de preços, respectivamente (Singer, 1950; Prebisch, 2011).

desenvolvimento, segundo tal literatura, se especializar na inserção exportadora de batatas (“potato chips”) ou microchips eletrônicos.

Com relação à literatura canônica institucionalista, o paradigma do EDLA por esta trazido inegavelmente emergiu como uma poderosa narrativa de economia política; com estudos importantes acerca do ativismo estatal “nadando contra a corrente” na década de 1980, num contexto de guinada ideológica neoliberal liderada pela contrarrevolução monetarista e que começava a contestar fortemente as teorias pró-desenvolvimento emergentes no pós-guerra (Evans, 1993). Ele guarda seus devidos méritos, como: trazer uma visão inovadora do nexo causal entre instituições e desempenho econômico; uma contraposição à literatura neoclássica que defendia que às autoridades governamentais competia apenas a correção de falhas de mercado; refutar o fatalismo da Teoria da Dependência mostrando que a integração à divisão internacional do trabalho não necessariamente reforçaria o subdesenvolvimento; e empregar uma maior interdisciplinaridade (Moon e Prasad, 1994).

Não obstante seus méritos e inquestionáveis registros acerca do ativismo discricionário dos Estados no que tange à condução de transformações estruturais amplas nas sociedades de seus países, três grandes insuficiências teóricas são, em minha visão, flagrantes: 1) uma perspectiva de economia política sociologicamente débil, jogando pouca luz sobre o papel dos demais agentes sociais além dos tecnocratas da burocracia ou atores do grande empresariado; 2) a ênfase excessiva nos resultados das políticas e não em seus processos deliberativos de implementação, gerando, assim, uma lacuna no detalhamento ou *process tracing* concernindo à discussão formuladora de políticas econômicas; e, por fim, 3) um extremo nacionalismo metodológico ignorando (ou pondo baixa ênfase sobre) fatores geopolíticos e exógenos condicionando tais trajetórias de desenvolvimento (Mah, 2004; Yeung, 2016; Moura, 2021).

Destacar tais insuficiências é importante não para desmerecer a literatura, cujas contribuições permanecem válidas, mas sim para elucidar que o processo de desenvolvimento nesses países foi bem mais complexo do que se supõe e que, não obstante enraizado em sociedades e instituições nacionais, guarda interlocução com a economia mundial, constituindo assim fenômeno global (Gereffi, 1990).

O primeiro problema diz respeito ao fato de tal literatura, instrumentalizando excessivamente o tipo ideal weberiano para explicar o ativismo do Estado nessas economias, incorrer em certo reducionismo. O EDLA é recorrentemente retratado de forma quase caricatural como um ator político unitário munido de vontade própria, com uma estrutura monolítica, autônoma e dominada por burocratas visionários e inequivocamente coerentes (Moon e Prasad, 1994; Mah, 2004; Yeung, 2016).

Mesmo na experiência japonesa que deu origem ao paradigma, o insulamento dos quadros burocráticos na formulação da estratégia econômica nunca foi pleno, tampouco a influência da classe política e empresarial desprezível. Nesse sentido, Colignon e Usui (2003) e até mesmo o próprio Johnson (1982) citam o fenômeno do *Amakudari*: um elo informalmente institucionalizado entre altos burocratas e as grandes firmas manufatureiras nipônicas (*Keiretsus*) que operou ao

largo de décadas no país, através dos quais os grandes conglomerados empresariais, após serem auxiliados com políticas ou arranjos institucionais favoráveis, empregavam e cooptavam quadros do governo. Também é mister salientar que, entre a virada dos anos 1970 e 1980, a política industrial japonesa com relação ao setor de eletrônicos e semicondutores foi alvo de forte disputa jurisdicional entre o MITI e o Ministério das Telecomunicações em torno das prerrogativas sobre o segmento, complexificando a narrativa de coesão burocrática do EDLA (Callon, 1995).

As burocracias decisórias de tais países, por conseguinte, a despeito de alguns traços culturais comuns e congruência com objetivos domésticos, não podem ser tidas como insuladas e sim compreendidas enquanto complexidades organizacionais munidas de interesses e preferências por vezes conflituosas (Moon e Prasad, 1994).¹⁹

Com relação ao *segundo* problema da literatura do EDLA, Mah (2004) faz uma interessante analogia dos processos de tomada de decisão atribuídos aos Estados Desenvolvimentistas (em seu caso de estudo específico, o sul-coreano) como verdadeiras “caixas pretas”, onde as dinâmicas políticas do processo de *policymaking* pelas autoridades governamentais permanecem um grande vazio analítico. Detalhando melhor, tanto a formulação quanto a execução de políticas públicas de qualquer natureza operam por meio de múltiplos canais e diversos atores sociais, que as formatam e/ou direcionam ao longo do processo. Além disso, variações relevantes são engendradas e mediadas por instituições governamentais em vários níveis, pelo contexto e pela ideologia da coalizão inserida no bloco de poder. Assim, tais políticas não são determinadas apenas por uma dita racionalidade econômica supostamente despolitizada tal como a literatura tradicional do EDLA, às vezes, parece implicar (Mah, 2004).

Exames cuidadosos, contudo, revelam lacunas graves em termos de exploração da dinâmica interna do Estado nacional, incapacidade de análise da interlocução entre governo e sociedade à exceção de Evans (1995), e uma construção insuficiente das relações causais envolvendo configuração institucional, implementação política e desempenho econômico (Moon e Prasad, 1994).²⁰

O *terceiro* e último problema da literatura do EDLA refere-se ao nacionalismo metodológico excessivo, definido em termos de um quadro normativo que explica configurações e padrões observados a nível nacional com base apenas em fatores domésticos (Gore, 1996). O nacionalismo metodológico foi hegemônico nos estudos sobre desenvolvimento desde os anos

¹⁹ Uma exceção honrosa a tal tratamento analítico, no bojo da literatura, foi o livro *“Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation”* lançado por Peter Evans em 1995. Nele, sem necessariamente descartar o conceito de Estado Desenvolvimentista, rompe com a ideia de insulamento da burocracia e denota seu alto imbricamento por meio de um complexo arranjo de laços com setores da sociedade via canais institucionalizados para contínua negociação e renegociação de metas e medidas. Tem origem, assim, a noção de autonomia inserida: uma conectividade imprimindo coerência e base estrutural ao envolvimento exitoso do Estado na transformação industrial, com uma densa rede amalgamando uma estrutura governamental e contrapartes do setor privado (Evans, 1995).

²⁰ Com relação a este ponto, é válido fazer a ressalva de que, durante boa parte dos seus ciclos de *catching-up* no pós-guerra, tanto a Coreia do Sul quanto Taiwan eram ditaduras militares (Coreia sob o regime de Park Chung-Hee nas décadas de 1960 e 1970 e sob o general Chun Doo-hwan nos anos 1980; e Taiwan sob o regime do “Terror Branco” do KMT nas décadas de 1950, 1960 e 1970), o que impunha severos obstáculos e impedimentos concretos à maior transparência e divulgação dos meandros dos processos deliberativos de política decisória.

1950. Muitas das teorizações sobre estratégias de transformação econômica em tal década e na de 1960 basearam-se, ao menos em alguma medida, em sequências abstraídas de mudanças ocorridas no passado em países já industrializados. Esperava-se que as mesmas mudanças ocorressem novamente em países menos desenvolvidos, caso as intervenções políticas “apropriadas” fossem feitas. Dentro de tal paradigma, a soberania e a autonomia do Estado-nação, tido como ator unitário em face das potências e forças estrangeiras, eram tidas como certas, e comumente o objeto analisado era o próprio desempenho (“*outcomes*”) do país (Shapiro e Taylor, 1990; Gore, 1996).

O nacionalismo metodológico foi particularmente disseminado tanto na literatura liberal quanto na desenvolvimentista sobre o Leste Asiático, especialmente em esforços comparativos com as trajetórias de industrialização menos bem sucedidas da América Latina. Como vimos, contudo, num ambiente da acirrada competição geopolítica global pela expansão do poder materializada pela Guerra Fria, é inconteste que as diferentes regiões ganharam diferentes prioridades e enfoques por parte de suas elites e das grandes potências. Casos como o do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul são ilustrativos não apenas de como os países do Leste Asiático se acomodaram estrategicamente ao ciclo de expansão material capitalista dos EUA, mas também se tornaram seus protetorados militares eficazes (Cunha e Appel, 2014).

No entanto, assim como certo distanciamento de um excessivo nacionalismo metodológico é necessário, também é o calibre apropriado do grau de determinismo abstraído a partir de fatores externos; e aqui eu insiro minha crítica à narrativa geopolítica.

O argumento geopoliticamente orientado encontra bases sólidas, como já frisado. Apesar dos méritos, entretanto, é também imbuído de deficiências e passa longe de explicar, sozinho, o desenvolvimento daquela quadra regional. Isso por, pelo menos duas razões. Em *primeiro* lugar, a ajuda financeira americana, fundamental à estabilização de seus regimes produtivos e tendo financiado as decoladas de tais países, foi declinando sistematicamente entre a virada dos anos 1960 para os 1970; conforme os próprios câmbios na correlação de forças político-ideológicas domésticas dos EUA, seguidos pela Doutrina Guam de Nixon, fizeram recuar o auxílio econômico e militar à região (Horikane, 2005; Perkins, 2013; USAID, 2022).²¹

Em segundo lugar, a partir dos anos 1970, a erosão do arcabouço internacional favorável do regime de Bretton Woods, com a substituição do Padrão Dólar-Fixo pelo Dólar-Flexível e a crescente mobilidade de capitais aliada ao recrudescimento protecionista dos países ricos²², antevia a globalização financeira e o fim, em muitos sentidos, da janela de oportunidades às nações periféricas (Helleiner, 1994; Boyer, 1996; Medeiros e Serrano, 2012). Ou seja, já na década

²¹ A ajuda estadunidense, que já fora declinante na década de 1960, nos anos 1970 já era virtualmente irrisória vis-à-vis os montantes enviados no imediato pós-guerra. Para uma melhor visualização de tal trajetória do auxílio dos EUA, ver o portal USAID através do link: <https://explorer.usaid.gov/aid-trends.html>.

²² Tal recrudescimento protecionista se deu, principalmente, mediante barreiras não-tarifárias. Segundo Laird e Yeats (1989), a proporção das importações dos países desenvolvidos (considerando aqui a Comunidade Europeia, EUA, Japão, Finlândia, Noruega e Suíça) submetida a tais barreiras subiu de 25,3% para 48% entre 1966 e 1986.

de 1970 é bastante complexo e complicado falar em qualquer cenário benigno ou mesmo “convite” ao desenvolvimento para Japão, Taiwan ou Coreia do Sul.

Com base no que foi visto até aqui, com intuito de lograr um entendimento acurado das trajetórias de desenvolvimento do Leste Asiático, é necessário um caminho alternativo aos vieses nacionalista e estatista excessivamente reproduzidos pela literatura do EDLA, assim como refutar veementemente perspectivas ou narrativas abordando os desdobramentos na periferia global como meros apêndices de movimentos das grandes superpotências. Isso só será possível com o entendimento de que os países do Leste Asiático em questão, não foram apenas “bastiões” regionais dos EUA, mas sim exemplos de líderes e forças políticas nacionais que meritoriamente lograram coordenar – sob as restrições e possibilidades históricas e geopolíticas com as quais se defrontaram – interesses domésticos no escopo de projetos autônomos de desenvolvimento, pautados pela política industrial (Cunha e Appel, 2014; Yeung, 2016; Moura, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo discorrer sobre os elementos, fatos e características mais salientes da ascensão do Leste Asiático, vista pelo prisma de três experiências nacionais: Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Para isto, trouxe determinados enfoques de três literaturas tidas como as mais influentes acerca do êxito de tal região. Elas foram, nesta ordem: a literatura liberal, a literatura institucionalista do Estado Desenvolvimentista e a literatura geopolítica ou externalista, de acordo com suas respectivas ênfases, concepções e premissas teóricas, metodológicas e intelectuais.

Foram apontadas as distintas incompletudes de cada uma dessas três literaturas. A perspectiva a qual percebo como mais limitada é a ortodoxa / liberal, que reifica a problemática teoria ricardiana das vantagens comparativas para compreender determinados casos, mais enfaticamente Coreia do Sul e Taiwan, como adeptas de um regime de “livre comércio” ou “livre mercado”, abstrações teóricas em si mesmas uma vez que as próprias instituições que formataram e regulam o comércio e o mercado são criações estatais. Para qualquer analista (ou mesmo curioso) que tenha se debruçado sobre a história econômica desses casos, é simplesmente forçoso ignorar as pesadas intervenções de seus governos e Estados nacionais no disciplinamento e direcionamento do capital conforme seus desígnios e intenções estratégicas a cada momento. Como a narrativa liberal o faz de forma deliberada, ignorando solenemente tais aspectos ou atribuindo a eles um caráter residual em tais percursos históricos, a crítica é justificável.

É válido lembrar que até mesmo o Banco Mundial fez um tímido revisionismo com relação à perspectiva do seu relatório de 1993, ao lançar, em 1997, o documento “*The State in a Changing World*”, onde reconhecia o mérito e êxito de determinadas políticas industriais e setoriais executadas pelos governos no Leste Asiático (World Bank, 1997).

As literaturas institucionalista do Estado Desenvolvimentista e a geopoliticamente orientada que, em meu ver, não são necessariamente antagônicas ou inconciliáveis, são mais meritórias em capturar aspectos das dinâmicas das economias políticas desses países. A primeira

ilumina as nuances das estratégias industrialistas e os padrões de intervenção microeconômica dos governos no Japão, na Coreia e em Taiwan, ao passo que a segunda mostra como os contornos geopolíticos e eventos sistêmicos influíram decisivamente nos rumos que cada caso tomou. Entretanto, a primeira falha em centrar unicamente em ingredientes domésticos do sucesso da Ásia, enquanto a segunda incorre num determinismo externalista que não se sustenta a partir da década de 1970 em diante. Ainda assim, reunidas as virtudes das duas literaturas, temos um poderoso entendimento das dinâmicas do desenvolvimento de parte substantiva do Leste Asiático.

Por fim, penso que, com a digressão tecida ao longo deste ensaio, apresentei ao menos os contornos básicos da ascensão da região e os ingredientes de seu sucesso, ainda que de forma estilizada e sintética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovitz, M. (1986). "Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind". *The Journal of Economic History*, 46 (2), pp.385-406.

Amsden, A. (1985). "The State and Taiwan's Economic Development". In.: SKOCPOL, T. et al. (Eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.78-105.

Amsden, A. (1989). *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press.

Amsden, A. (2009). *A Ascensão do "Resto": Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora UNESP.

Arrighi, G. (1996). *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. São Paulo: Unesp.

Balassa, B. (Ed.). (1982). *Development Strategies in Semi-Industrial Economies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Balassa, B. (1988). "The Lessons of East Asian Development: An Overview". *Economic Development and Cultural Change*, 36 (3), pp.273-290.

Boyer, R. (1996). "State and Market: a new engagement for the twenty-first century?". In.: BOYER, R.; DRACHE, D. (Eds.). *States against Markets: the limits of globalization*. London: Routledge, pp.62-84.

Caldwell, A. (1976). "The Financial System in Taiwan: Structure, Functions and Issues for the Future". *Asian Survey*, 16 (8), pp.729-751.

Callon, S. (1995). *Divided Sun: MITI and the Breakdown of Japanese High-Tech Industrial Policy, 1975-1993*. Stanford: Stanford University Press.

Cano, W. (2012). "América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo". In.: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, pp.287-326.

Carvalho, M.; Silva, C. (2004). *Economia Internacional*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Chang, H-J. (2004). *Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.

Chang, H-J. (2006). *The East Asian Development Experience: The Miracle, The Crisis and the Future*. London: TWN/Zed Books.

Cheng, T-J. (1990). "Political Regimes and Development Strategies: South Korea and Taiwan". In.: GEREFFI, G.; WYMAN, D. (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, pp.139-178.

Cohen, J. (1949). *Japan's Economy in War and Reconstruction*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Colignon, R; Usui, C. (2003). *Amakudari: The Hidden Fabric of Japan's Economy*. Ithaca: Cornell University Press.

Cunha, G.; Appel, T. (2014). "Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia". *Revista Científica General José Maria Córdova*, 12 (13), pp.89-105. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/recig/v12n13/v12n13a03.pdf> [Acesso em: 3 Out. 2022].

Evans, P. (1993). "O Estado como problema e solução". *Lua Nova*, 28, pp.107-156.

Evans, P. (1995). *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. New Jersey: Princeton University Press.

Forsberg, A. (2000). *America and the Japanese Miracle: The Cold War Context of Japan's Postwar Economic Revival, 1950-1960*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Fortune (2023). *Fortune – Global 500*. Disponível em: <https://fortune.com/global500/2019/search/>. [Acesso em: 6 Fev. 2023].

Gereffi, G. (1990). "Paths of Industrialization: An overview". In.: GEREFFI, G.; WYMAN, D (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press. pp.3-31.

Glyn, A. et al. (1990). "The Rise and Fall of the Golden Age". In.: MARGLIN, S.; SCHOR, J. (Eds.). *The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience*. Oxford. Clarendon Press, pp.39-125.

Goldsmith, R. (1983). *The Financial Development of Japan, 1868-1977*. New Haven: Yale University Press.

Gore, C. (1996). "Methodological nationalism and the misunderstanding of the East Asian industrialisation". *The European Journal of Development Research*, 8 (1), pp.77-122. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09578819608426654> [Acesso em: 3 Out. 2022].

Green, R. (1994). "Human Rights and Most-Favored-Nation Tariff Rates for Products from the People's Republic of China". *Seattle University Law Review*, 17 (3), pp.611-636.

Groningen Growth and Development Centre. (2018). *Maddison Project Database 2018*. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2018> [Acesso em: 2 Dez. 2019].

Helleiner, E. (1994). *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press.

Holcombe, C. (2017). *A History of East Asia: From the Origins of Civilization to the Twenty-First Century*. 2ª Ed. New York: Cambridge University Press.

Horikane, Y. (2005). "The Political Economy of Heavy Industrialisation: The Heavy and Chemical Industry (HCI) Push in South Korea in the 1970s". *Modern Asian Studies*, 39 (2), pp.369-397.

Johnson, C. (1982). *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925- 1975*. California: Stanford University Press.

Kim, B-K. (1992). "Economic Policy and Economic Planning Board (EPB) in Korea". *Asian Affairs*, 18 (4), pp.197-213.

Kim, E.; Park, G-S. (2011). "The Chaebol". In.: KIM, B-K.; VOGEL, E. (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, pp.265-294.

Kim, K. (1985). "Lessons from South Korea's Experience with Industrialization". In.: CORBO, V. et al. (Eds.). *Export-Oriented Development Strategies: The Success of Five Newly Industrializing Countries*. New York: Westview Press, pp.57-78.

Krauss, E. (1992). "Political Economy: Policymaking and Industrial Policy in Japan". *PS: Political Science and Politics*, 25 (1), pp.44-57.

Krueger, A. (1985). "The experience and lessons of Asia's super exporters". In.: CORBO, V. et al. (Eds.). *Export-Oriented Development Strategies: The Success of Five Newly Industrializing Countries*. New York: Westview Press.

Laird, S.; Yeats, A. (1989). "Nontariff Barriers of Developed Countries, 1966-1986". *Finance & Development*, pp.12-13.

Lazonick, W.; O'Sullivan, M. (1997). "Finance and industrial development: evolution to market control. Part II: Japan and Germany". *Financial History Review*, 4 (2), pp.117-138.

Lee, T. H.; Liang, K. (1982). "Taiwan". In.: Balassa, B. (Ed.). *Development Strategies in Semi-Industrial Economies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp.310-349.

Maddison, A. (2001). *The World Economy: A Millenial Perspective*. Paris: OCDE.

Mah, L. (2004). *Strategic Actions and Public Policy Outcomes: Leadership and Institutional Change in South Korea, 1960s-1990s*. Tese de Doutorado. The London School of Economics and Political Science.

Mason, M. (1992). *American Multinationals and Japan: The Political Economy of Japanese Capital Controls, 1899-1980*. Massachusetts: Harvard University Press.

Matsuo, M. (1935). "The Control of Industry in Japan". *Far Eastern Survey*, 4 (14), pp.105-109.

Medeiros, C.; Serrano, F. (2012). "Padrões monetários internacionais e crescimento". In.: FLORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, pp.119-151.

Mengin, F. (2015). *Fragments of an Unfinished War: Taiwanese Entrepreneurs and the Partition of China*. New York: Oxford University Press.

Moon, C.; Prasad, R. (1994). "Beyond the Developmental State: Networks, Politics and Institutions". *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, 7 (4). pp.360-386. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0491.1994.tb00188.x> [Acesso em: 3 Out. 2022].

Moura, R. (2021). *Industrialização, Desenvolvimento e Emparelhamento Tecnológico no Leste Asiático: os casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China*. Rio de Janeiro: Ideia D.

Nishijima, S. (2012). "Japanese Industrial Policy". *Perspective of the World*, 4 (3), pp.73-93.

Obispo, J. (2017). "Japan's Fukoku Kyohei: A Continuous Pursuit of Economic and Military Powers". *Ugong: International Studies Edition*, 9, pp.56-80.

Okazaki, T. (2017). "Industrial Policy in Japan: 70-Year History since World War II". *Japan Spotlight*, pp.57-61.

Palma, J. G. (1998). "Does it make a difference to export micro-chips rather than potato-chips? Comparing export structures in East Asia and Latin America". *UNCTAD Working Paper*.

Perkins, D. (2013). *East Asian Development: Foundations and Strategies*. London: Harvard University Press.

Pierce, D. (1990). "The Legal and Administrative Framework for Foreign Investment in Taiwan". *Pacific Basin Law Journal*, 7, pp.1-34.

Pindyck, R.; Rubinfeld, D. (1994). *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books.

Prebisch, R. (2011) [1949] *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios* (Org. de Adolfo Gurrieri). Rio de Janeiro: Contraponto.

Reinert, E. (2016). *Como os países ricos ficaram ricos...e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Reischauer, E. (2004). *Japan: The Story of a Nation*. 4ª Ed. Tokyo: Tuttle Publishing.

Republic of China (2016). *Taiwan Statistical Data Book*. Taipei: National Development Council.

Rhyu, S-Y.; Lew, S-J. (2011). "Pohang Iron & Steel Company". In.: KIM, B.-K.; VOGEL, E. (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, pp.322-344.

- Ricardo, D. (1982). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural.
- Samuels, R. (1994). *"Rich Nation, Strong Army": National Security and the Technological Transformation of Japan*. Ithaca: Cornell University Press.
- Shapiro, H.; Taylor, L. (1990). "The State and Industrial Strategy". *World Development*, 18 (6). pp. 861-878. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X9090009M> [Acesso em: 3 Out. 2022].
- Simone, V. (2001). *The Asian Pacific: Political and Economic Development in a Global Context*. 2ª Ed. San Francisco: Longman.
- Singer, H. (1950). "The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries". *The American Economic Review*, 40 (2), pp.473-485.
- Stallings, B. (1990). "The Role of Foreign Capital in Economic Development". In.: GEREFFI, G.; WYMAN, D. (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization and East Asia and Latin America*. New Jersey: Princeton University Press, pp.55-89.
- Suh, J-J.; Kim, J. (2014). "Aid to Build Governance in a Fragile State: Foreign Assistance to a Post-Conflict South Korea". In.: HOWER, B. (Ed.). *Post-Conflict Development in East Asia*. Surrey: Ashgate, pp.53-70.
- The Growth Lab at Harvard University (2020). *The Atlas of Economic Complexity*. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. [Acesso em: 2 Jan. 2020].
- Tilly, C. (1990). *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1900*. Cambridge: Basil Blackwell.
- Tsiang, S. (1985). "Foreign Trade and Investment as Boosters for Take-Off: The experience of Taiwan". In.: CORBO, V. et al. (Eds.). *Export-Oriented Development Strategies: The Success of Five Newly Industrializing Countries*. New York: Westview Press, pp.27-55.
- United States Agency for International Development (USAID). (2022). *Foreign Aid Explorer – Trends*. Disponível em: <https://explorer.usaid.gov/aid-trends.html>. [Acesso em: 3 Dez. 2022].
- Villarreal, R. (1984). *A Contra-Revolução Monetarista: Teoria, Política Econômica e Ideologia do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Wade, R. (1990). *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press.
- Wallerstein, I. (1979). *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press.
- Westphal, L; Kim, K. (1982). "Korea". In.: BALASSA, B. (Ed.). *Development Strategies in Semi-Industrial Economies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp.212-275.
- World Bank. (1993). *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. New York: Oxford University Press.

World Bank. (1997). *World Development Report 1997: The State in a Changing World*. New York: Oxford University Press.

World Bank. (2023). *World Development Indicators*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>. [Acesso em: 2 Jan. 2023].

Yeung, H. W. (2016). *Strategic Coupling: East Asian Industrial Transformation in the New Global Economy*. Ithaca: Cornell University Press.

Yoo, C-G. (2003). "Political and Institutional Conditions of Financial Repression". In.: LEE, B-C (Ed.). *Developmental Dictatorship and the Park Chung-Hee Era: The Shaping of Modernity in the Republic of Korea*. New Jersey: Homa & Sekey Books, pp.134-152.